

A inovação - introdução de novos processos, produtos e serviços ou, dito de outro modo, o conhecimento levado ao mercado e à prática social - é hoje uma política chave, nos países desenvolvidos como nos países emergentes. Resultados contábeis já explicam parte desse sucesso: segundo a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as atividades inovativas respondem por cerca da metade do crescimento do PIB dos países avançados. Mas o impacto da inovação não se esgota nisso. Sabemos que, embora a empresa ocupe aí lugar especial, trata-se de processo conduzido pela sociedade como um todo, mobilizando as instituições de ensino e pesquisa e os agentes financeiros, dependendo dos marcos regulatórios e das práticas jurídicas, sensível à opinião pública e ao comportamento do cidadão. É, de fato, um amplo processo cultural, que promove a educação em todos os níveis, valoriza a pesquisa e gera novas formas de organização e de trabalho. É um fato social total, na expressão do antropólogo Marcel Mauss.

Suas tendências de evolução são também claramente perceptíveis. A inovação implica densidade cada vez mais elevada de elementos científicos, acoplados a conhecimento tácito, experiência, habilidades e gestão para criar, produzir, aperfeiçoar e comercializar bens e serviços. Visão de futuro e estudos prospectivos tornam-se essenciais. O valor estratégico do conhecimento confere ao sistema educacional e de pesquisa lugar central, como formador de talentos, fonte de conhecimento novo e mediador da absorção e adaptação do conhecimento externo. A complexidade crescente demanda esforço cooperativo, promove alianças estratégicas e estimula a formação de redes multi e interdisciplinares. Exige intensificação do diálogo entre o ambiente educacional científico-tecnológico, o setor industrial de produção e múltiplos segmentos da sociedade. Cresce a importância das articulações entre os níveis nacional, regional e local. E a dimensão internacional assume papel cada vez mais decisivo.

O Brasil se encontra, diante desse quadro, em uma situação singular. Por um lado, enfrenta as dificuldades e padece das deficiências conhecidas. Por outro lado, acumula sucessos e vem construindo um patrimônio de conquistas que, se ainda insuficientes, constituem no entanto uma base significativa e fornecem trunfos preciosos para uma ação transformadora. No plano da competência científica já são usualmente reconhecidos os avanços, tanto na formação de pesquisadores quanto no volume e na qualidade da pesquisa produzida. O que tem recebido menos atenção é o fato, decisivo, de que, recentemente, o perfil da competência instalada no País atingiu o desenho característico dos países avançados. Dispomos agora de uma distribuição de pesquisadores e de produção científica que cobre o espectro das áreas de conhecimento segundo o padrão dos países centrais. Somos hoje o único país em desenvolvimento a

dispor dessa base. Sua importância é evidente, sobretudo quando se acentuam a convergência tecnológica e a exigência de mobilização de competências complementares na abordagem de programas complexos.

No que diz respeito à capacidade inovadora da empresa brasileira talvez já seja também o momento de superar alguns lugares-comuns. Se é verdade que a postura prévia, associada à substituição de importações, traduziu-se essencialmente pela construção de fábricas e pela apropriação da tecnologia existente, processo em que a lógica da inovação não ocupou lugar central, é também verdade que esta imagem não reflete mais a dinâmica que ganha progressivamente espaço no tecido empresarial. Ainda estamos muito longe, é claro, de uma atitude predominantemente inovadora na indústria brasileira. Mas radiografias como a que o IPEA recentemente divulgou [“Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras, 2005”], apontam para uma realidade muito mais complexa e promissora. Basta lembrar que, se apenas 1,7% das nossas indústrias inovam e diferenciam produtos de forma a competir com eficácia no mercado internacional, elas já representam cerca de 25% do PIB industrial brasileiro. E, dentre elas, cerca de 180 empresas têm liderança mundial no seu segmento. Não precisamos mais nos limitar aos casos clássicos, como o agronegócio, bioetanol, Petrobras, Embraer, WEG ou Bematech, para exemplificar o sucesso inovador no País. Embora lentamente, nossa capacidade inovadora começa crescer e sinaliza o caminho para uma presença mais ambiciosa.

Esses fatores, acoplados à consolidação de uma política industrial e ao esforço coletivo de construção de instrumentos modernizadores, como a Lei de Inovação e outros mecanismos de promoção e financiamento da atividade inovadora, recentemente criados, podem significar uma verdade nova no ambiente brasileiro. A Química, pelo crescimento de sua base e de sua produção científica, pelas diferentes formas com que permeia o território industrial, por sua presença constitutiva em tecnologias portadoras de futuro como a Nanotecnologia e a Biotecnologia, é chamada a ocupar um lugar de relevo nessa ação transformadora. Inovação e criatividade não são mais opcionais, mas tornaram-se o vetor essencial de evolução das empresas e dos países. Mas o acesso pleno a esse espaço exige o entendimento coletivo de que, de fato, mudaram as nossas possibilidades e esta mudança de patamar está efetivamente ao nosso alcance. Só assim poderemos construir as estratégias eficazes para o ingresso de pleno direito na cultura de nosso tempo.

Evando Mirra de Paula e Silva
(Diretor da ABDI – Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial)